

Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina

Irene Flunser Pimentel¹

*Instituto de História Contemporânea,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

Existe o lugar comum de que as organizações de enquadramento do Estado Novo português seguiram o exemplo daquelas que foram criadas pelo fascismo italiano e pelo nacional-socialismo alemão. No caso concreto das organizações de mulheres e das jovens portuguesas - a Obra das Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina, criadas, respectivamente, em 1936 e 1937, pelo ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco, é um facto que elas não deixaram de ser influenciadas por outros regimes ditatoriais e mesmo totalitários que assolaram a Europa durante dos anos trinta, ou seja, no período entre-guerras do século XX. É uma análise dessas influências, bem como semelhanças e diferenças entre as organizações salazaristas e a de outros regimes ditatoriais que se propõe neste estudo, onde se começa por tentar vislumbrar que organizações já existiam, em Portugal e em alguns países da Europa, no início da vida dessas organizações do Estado Novo.

Organizações de mulheres e de juventude nos anos trinta, em Portugal

No início da década de trinta, ao contrário do que se passou na Itália e na Alemanha, onde os regimes de Mussolini e de Hitler ascenderam ao poder através de movimentos políticos que também incluíram secções femininas, não havia em Portugal, à excepção das associações da Acção Católica Portuguesa (ACP), organizações autónomas de mulheres na direita do espectro político. Da mesma forma, o partido único do Estado Novo, União Nacional (UN), criada em 1931, não tinha núcleos femininos organizados no seu seio. Por outro lado, as únicas mulheres politicamente intervenientes no Estado Novo foram aquelas que actuaram nos campos tradicionalmente femininos – a assistência e a educação –, algumas participantes nos congressos da UN, as escassas deputadas da Assembleia Nacional e as dirigentes das organizações femininas estatais, criadas a partir de 1936 por António Carneiro Pacheco.

Ainda antes da institucionalização do Estado Novo, «a Ditadura estabelecida pelo Exército e pela Armada» empreendeu uma «política rejuvenescedora» na qual se incluía o propósito de criar uma «organização cívica dos Portugueses das novas gerações desde a idade dos 8 anos». De «acordo com a proclamação da Ditadura de 31 de Julho de 1930», o Ministério da Instrução Pública criou a Ordem Lusa (OL), com o fim de colaborar «no robustecimento e elevação de Portugal pelo espírito de disciplina e energia das novas gerações e pelo esforço físico ou moral que elas prestam praticamente em nome da ordem pública ou defesa da

Nação». A nova organização propunha-se formar os seus «membros adolescentes e juvenis nos exercícios do corpo e na preparação de serviços milicianos» e transmitir-lhes o «amor da Pátria, da sua história e da sua missão na humanidade, o ideal agrícola, marítimo e colonial, os princípios da família, autoridade, ordem e propriedade, a firmeza das crenças próprias e o respeito das alheias e a disposição de bem servir a Nação»².

A educação e a instrução poderiam ser feitas nos estabelecimentos de ensino, facultando o Ministério da Guerra o complemento da educação física dos membros «no activo». «Isenta de partidarismos, acatadora dos poderes constituídos, obrigada a amar a paz e a tranquilidade, inibida de participar em lutas contra quaisquer facções, seitas ou grupos subversivos», a OL faria «demonstrações públicas de carácter pedagógico, disciplinar e patriótico», e serviria «a defesa da ordem e da segurança do Estado». Embora se considerasse independente deste último, a OL era presidida honorariamente pelo presidente da República e dirigida por um conselho directivo nomeado pelo Ministério da Instrução. Seriam enquadrados voluntariamente na OL, «no activo», as crianças, os jovens e os adultos, respectivamente, dos 8 aos 14 anos, dos 14 aos 18 anos, dos 18 aos 21 anos e dos 21 aos 35 anos.

A entrada de raparigas na OL não era mencionada nos estatutos, embora houvesse neles uma menção a «pessoas de qualquer sexo» que, juntamente com os pais e tutores, se incluíam entre os membros beneméritos. O projecto da OL, cujas autoria e datação são difíceis de determinar, embora se saiba que é posterior a Julho de 1930 e anterior à Constituição de 1933, não foi levado por diante, nem voltou a ser mencionado. É provável, no entanto, que o seu autor tenha sido o ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, um germanófilo que viria posteriormente a ser autor do projecto da Liga da Mocidade Portuguesa (LMP)³. A Liga, que também ficou no papel, propunha-se promover, «nos grémios escolares e liceais e nos escuteiros, a organização dos alunos dos 8 aos 14 anos, dos 14 aos 18 anos e dos 18 aos 21 anos», recrutados voluntariamente. As raparigas, mencionadas no artigo 12.º na expressão «pessoas de qualquer sexo», não podiam ser consideradas senão «auxiliares e beneméritas da Liga com graduação adequada».

As mulheres nacionais-sindicalistas

Como se sabe, a UN – que viria a ser o partido único do regime salazarista - coexistiu ainda durante um tempo com o Movimento Nacional-Sindicalista (MNS), a organização fascista dirigida por Francisco Rolão Preto que Salazar extinguiria em 1934⁴. Num país em que a actuação feminina no espaço público era escassa e sem tradição, organizar as mulheres nacionais-sindicalistas não terá sido, porém, a preocupação principal do movimento de Rolão Preto, em cujo órgão central *Revolução* quase não se vislumbra a intervenção feminina.

No entanto, em 18 de Dezembro de 1932, surgiu em Faro o primeiro número do jornal *O Nacional-Sindicalista (O NS)*, dirigido por Rodrigo de Sousa Pinto, que começou desde logo a incluir a colaboração de mulheres e uma «Página Feminina». A primeira colaboradora do jornal, Francisca do Carmo Costa, deu, desde logo, o tom ao apelar às mulheres para lutarem contra o comunismo, principal «inimigo» da família, e apoiarem o projecto educativo

de Gustavo Cordeiro Ramos, enaltecido por ter recentemente incluído as disciplinas de História Pátria e de «formação do carácter» nos programas escolares⁵. Entre outros inimigos do nacional-sindicalismo, contava-se o liberalismo, por ter atirado a mulher solteira para a «luta violenta ao lado dos homens», e a «política», com o seu rol de «eleições e chapeladas», à qual outra colaboradora contrapôs o nacionalismo, a única ideologia que incitava a amar «as virtudes da raça», e a combater o egoísmo, o snobismo e a futilidade⁶.

Embora reconhecendo que a mulher tinha por vezes de ganhar a vida, através trabalho intelectual, outra articulista condenou a competição exagerada com o homem e propôs como solução a fixação da mulher culta no lar, onde ela orientaria a educação dos filhos e fortaleceria a família, célula primária da sociedade. Argumentos que não destoavam dos que viriam a ser defendidos pelo Estado Novo e pela Obra das Mães⁷. Paula de Niza, outra das colaboradoras de *O NS*, abordou «O papel da mulher no Movimento Nacional-sindicalista»⁸, onde apelou à participação das mulheres no “movimento”. Noutro artigo⁹, lembrou que o «bom elemento (feminino) dentro do Nacional-Sindicalismo» era a «mulher piedosa, trabalhadora, sofredora e terna como mãe, filha e irmã» e aquela que mantinha exemplarmente o seu lar. Segundo Paula de Niza, era injusto que os nacionais-sindicalistas pugnassem lá fora pela ordem e «em prol de uma causa justa» para depois «encontrar em casa a desordem, o desassossego, o desbarato» e esposas que empregavam o «tempo unicamente a experimentar penteados e vestidos».

No entanto, se o marido fosse «democrático, retrógrado, agarrado obstinadamente aos falsos princípio do liberalismo», não era obediência e passividade que a mulher devia mostrar, mas força e acção para o atrair ao ideário nacionalista, segundo outra colaboradora do jornal¹⁰. Era na luta contra o comunismo e o liberalismo, no combate às «sufragistas» e às «trotteuses» e na recusa do individualismo, do cepticismo e do pessimismo dos «vencidos da vida» que a mulher nacional-sindicalista supriria as insuficiências da família e da escola, e formaria o «indivíduo para a comunidade» segundo a perspectiva cristã e corporativa¹¹.

Nas páginas de *O NS*, as principais dirigentes eram frequentemente elogiadas: por exemplo, Maria de Lourdes Mesquita¹² era «honrosamente» colocada «a par de Sardinha, do Padre Mateo ou de Rolão Preto». Outra dirigente, «que nenhuma senhora portuguesa desconhece», foi Madalena Patrício, presidente do Secretariado-Geral Feminino que definiu as três tarefas que cabiam ao «Movimento Feminino do Nacional-Sindicalismo»: a assistência às operárias, e a realização de festas de recolha de fundos e de sessões de propaganda sobre a «nossa doutrina nos pontos que mais interessam à Mulher»¹³. Até à dissolução do MNS, na sequência da nota oficiosa de Salazar de 29 de Julho de 1934, o Secretariado Feminino parece, porém, não ter passado das intenções à actuação prática.

A Acção Escolar Vanguarda e as mulheres

Ao mesmo tempo que o MNS vivia os seus últimos tempos na cena política, entrava no palco da política e do Teatro de S. Carlos de Lisboa, em meados de Janeiro de 1934, a Acção Escolar Vanguarda (AEV), a primeira organização estatal de juventude portuguesa

tutelada pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Lançada por António d'Eça de Queirós e António Ferro¹⁴, e sob a chefia de Ernesto de Oliveira e Silva, a AEV constituiu uma tentativa do regime para organizar pela primeira vez a juventude estudantil. Um dos objectivos da AEV era também preencher no meio escolar, o espaço político deixado vazio pela dissolução do MNS e enquadrar os jovens nacionais-sindicalistas, enquanto os mais velhos deveriam integrar a UN.

Apesar de ter partilhado com o MNS o mesmo pensamento anti-plutocrático contra o «burguês usurário»¹⁵ e princípios ideológicos que se inspiravam na Itália fascista e nos ideólogos integralistas António Sardinha, Pequito Rebelo e Alfredo Pimenta, a AEV defendeu os papéis da família e da Igreja expressos na Constituição de 1933 e na encíclica papal *Casti Conubii*. Ao mesmo tempo, a AEV assumiu uma atitude estritamente nacionalista, distanciando-se de «todas as internacionais»¹⁶, mesmo da Internacional fascista, apoiada pelo regime de Mussolini.

Ao contrário da Mocidade Portuguesa¹⁷, a organização estatal de juventude que lhe viria a suceder, a AEV foi uma organização de filiação voluntária e unicamente escolar, embora o ministro da Instrução Pública, a partir de 23 de Outubro de 1934, Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação - um ex-nacional-sindicalista - tivesse encarado a possibilidade de a reorganizar no sentido de abranger também os sectores não escolares da juventude. AAEV foi, por outro lado uma organização mista, ao incluir no seu seio, uma diminuta secção feminina sem autonomia e com escassa expressão¹⁸. Chefiada inicialmente por Gerda Liguski Costa, a secção feminina vanguardista começou por incluir núcleos no Instituto Moderno, na Escola de Rodrigues Sampaio, no Colégio Académico e no Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, presididos os últimos três, respectivamente, por Efigénia Neves, Maria Eduarda Calejo e Hermínia Augusta Pereira. Esta última, mais tarde estudante da Faculdade de Ciências, seria depois a «organizadora da secção feminina vanguardista»¹⁹.

Na sessão de propaganda realizada em 22 de Março de 1934 pelo núcleo vanguardista do Colégio de Vasco da Gama, o comandante da PSP, coronel Lopes Mateus, foi o único orador que mencionou a actuação feminina. Ao lembrar o apoio dado pelas mulheres a Sidónio Pais e ao «movimento nacionalista», o orador deu a entender que o papel das jovens vanguardistas seria apenas de apoio, na retaguarda, aos jovens «patriotas» masculinos²⁰. No ano seguinte, porém, quando as «vanguardistas uniformizadas» desfilaram na parada comemorativa do 28 de Maio, o jornal da AEV, *Avante*, não poupou palavras de elogio à «prova de coragem, disciplina e serenidade prestada pelas nossas camaradas de Braga, à sua chegada a Lisboa aquando da lamentável cena de tiros no Rossio»²¹.

Esta indefinição entre, por um lado, o desejo de manter as jovens numa posição de retaguarda, e entre, por outro lado, a veleidade de as mobilizar e uniformizar, à semelhança do que acontecia em Itália, nunca deixou de se fazer sentir na AEV. Ao dirigir-se, em Abril de 1934, «às académicas» num apelo para que se alistassem na AEV, onde os colegas haviam decidido aceitar dias antes a colaboração feminina, Hermínia Pereira erigiu como atitude a combater entre as jovens o snobismo, sinal da existência de um populismo de matriz fascista

no vanguardismo. Criticou, por outro lado, o fraco entusiasmo com que as universitárias encaravam a AEV²², esclarecendo que era missão das vanguardistas da Universidade a «orientação das académicas no amor pátrio, afastando do espírito das mesmas, falsas ideias» e «a união religiosa à bandeira vanguardista»²³.

Segundo Hermínia Pereira, havia dois tipos de mulheres: «as mulheres manequins», «movidas por uma sentimentalidade tresloucada, trivial e doentia» – «felizmente» inexistentes na «Vanguarda» – e as mulheres «em toda a acção da palavra», ou seja, aquelas que juntavam «aos seus encantos cuidados, a moral e uma mentalidade». Possuidoras das «tradicionais qualidades femininas: o amor de mãe, a modéstia, a paciência, a economia, o espírito de ordem e disciplina, o amor ao trabalho», estas últimas tinham, porém, de ser educadas para melhor formarem «o espírito de seus filhos» e cumprirem a missão de mãe²⁴. O essencialismo atribuído às mulheres chegou mesmo a originar um certo tipo de “feminismo” entre as vanguardistas. Hermínia Pereira considerou, por exemplo, a mulher «superior ao homem» em muitos aspectos, excedendo-lhe «em altruísmo, dedicação, em carinho e sacrifício».

A principal argumentação teórica sobre a questão foi apresentada pela vanguardista Maria Dolores, que, em seis artigos intitulados «Pela mulher», publicados entre 11 de Novembro de 1934 e 13 de Janeiro de 1935, também expressou uma forma peculiar de feminismo. Ao mesmo tempo que enaltecia as «qualidades ráticas» da mulher portuguesa e apoiava a sua participação no «ressurgimento nacional», «no lar, nas repartições, na escola ou na oficina», Maria Dolores considerou que a formação das raparigas não podia ser deixada exclusivamente às famílias antiquadas e temerosas²⁵. Maria Dolores mostrou-se particularmente crítica em relação à «Alemanha racista», onde Hitler retirara, às próprias mulheres que o tinham ajudado a subir ao poder, os direitos políticos e as havia expulso do mercado de trabalho.

Quanto às sufragistas, a articulista criticou-lhes a exaltação e «ataques masculinos», mas realçou-lhes os sentimentos generosos, apesar de se travestirem «nas formas absurdas das primeiras sectárias»²⁶. Entre as duas «formas opostas de pretender impor ao mundo o Reinado da Mulher», o «sufragismo» e o «coquetismo», a articulista preferia a «primeira fórmula» porque havia nela «todavia, o impulso viril que fez sobressaltar o homem, de longas eras habituado a ser obedecido». Maria Dolores propunha às mulheres uma terceira via, que passava por lutar «devagarinho» pelos «santos ideais» e aproveitar o «campo que estes bondosos rapazes nos oferecem»²⁷. A verdadeira emancipação feminina consistia, segundo ela, em libertar a mulher dos seus dois tiranos – os «despóticos nervos» e o sentimento – e em juntar aos encantos físicos «a superioridade de uma moral e de uma mentalidade». Numa clara alusão às deputadas Maria Guardioli, Cândida Parreira e a Domitília de Carvalho, eleitas em 1934 para a Assembleia Nacional, a articulista declarou ter os «olhos fitos nas novas paladinas que surgem, a bater-se na arena», em defesa dos «sagrados Direitos da Mulher». Regozijou-se finalmente por se estar a organizar «o partido político feminino» e porque «alguns nomes ilustres de mulher ingressam nas hostes nacionalistas»²⁸.

Na sua derradeira intervenção, despediu-se dos seus leitores e suas leitoras, antes que saísse da sua boca «algo de desagradável» para alguns deles²⁹. Por baixo do artigo, surgia de forma ameaçadora o inevitável «Visado pela Comissão de Censura», sendo possível que

o alegórico «ponto final» na colaboração de Maria Dolores tenha sido imposto pela direcção do jornal, pouco entusiasmada com certos artigos onde um certo tom feminista e uma crítica ao nacional-socialismo alemão eram manifestos³⁰. No número de 20 de Janeiro de 1935 do *Avante*, Maria Dolores já tinha sido substituída por Hermínia Pereira, mas a colaboração feminina não deixava de manter, contraditoriamente, ao lado de expressões antiliberais e antifeministas, alusões elogiosas a feministas portuguesas. Em Abril, o *Avante* apresentou, nomeadamente, uma homenagem à recém-falecida Ana de Castro Osório, mãe, aliás – ou por isso mesmo –, de João de Castro Osório, fundador nos anos vinte do Nacionalismo Lusitano, um movimento inspirado no fascismo italiano³¹.

Ecos da guerra civil espanhola: socorro aos “nacionalistas” e legionárias

Nesse ano de 1935, foi proposto, num estudo sobre a organização da assistência pública, ao ministro do Interior, Linhares de Lima, a criação de uma organização feminina, Bases Femininas da Nova Nação, que não teve, porém, quaisquer consequências³². No ano seguinte, pouco depois do golpe militar que, em Espanha, deu início à guerra civil, nasceram em Portugal diversas iniciativas de apoio ao campo “nacionalista”. Em 28 de Agosto, foi lançada num comício realizado no Campo Pequeno, em Lisboa, a ideia da criação da Legião Portuguesa, que desde logo incluiu, nos seus estatutos, a possibilidade de formação de uma secção feminina. Ainda em 1936, um grupo de dezassete «bondosas senhoras portuguesas», como lhes chamou o jornal *A Voz*³³, formou uma comissão para angariar fundos de apoio aos “nacionalistas” espanhóis feridos.

Entre as senhoras que compunham a comissão contou-se Madalena Martel Patrício, provavelmente a já referida ex-dirigente do Secretariado Feminino nacional-sindicalista, e muitas aristocratas portuguesas, entre as quais, a condessa de Almoester, que viria a ser vogal da direcção da recém-formada Obra das Mães. Os donativos não parecem, porém, ter sido muito numerosos, porque, no mesmo jornal de 4 de Setembro, uma professora criticou a «inacção da mulher» portuguesa e apelou a uma maior actuação para mitigar «as dores dos nossos irmãos».

Outra das organizações que também apoiaram os feridos do campo “nacionalista” da guerra civil espanhola e que se ocuparam de tarefas assistenciais, foi a Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa (SAF da CVP)³⁴, sediada na Liga dos Combatentes da Grande Guerra, organização que também tinha uma secção feminina³⁵. Em 29 Abril de 1937, os jornais anunciaram, por seu turno, o surgimento de um Grupo de Senhoras da Comissão de Socorro aos Órfãos Nacionalistas de Espanha, e, em Maio, a Associação de Senhoras de Caridade de Lisboa enviou a Salazar uma carta, assinada por 1300 mulheres, entre as quais novamente Madalena Patrício, a interceder «para que as desgraçadas crianças que de Espanha haviam sido levadas para a Rússia, (fossem) restituídas à sua Pátria e Famílias»³⁶.

Lembre-se, por outro lado, que ocorreu nesse ano, em 4 de Julho, um acontecimento muito importante: um atentado falhado contra a vida de Salazar na sequência do qual se desencadearam muitas manifestações de apoio ao ditador, entre as quais as que partiram

das mulheres. Efectivamente, respondendo a um apelo do *Diário de Notícias* para que «as mulheres da capital, em romagem de alegria em acção de graças e de graça feminina» colhessem rosas dos jardins de Lisboa para as entregar a Salazar, muitas «senhoras da alta sociedade e modestas mulheres do povo», no dia 5 de Julho, enviaram flores ao ditador e participaram nas missas e nas manifestações públicas de desagravo contra o atentado. Entre essas mulheres, contavam-se algumas da Legião Portuguesa que, um ano depois de o seu regulamento ter previsto a criação de grupos de legionárias vocacionadas para os «serviços auxiliares, de saúde ou de acção social», delineou as Bases das Organizações Legionárias Femininas (OLF)³⁷.

Podiam pertencer às OLF todas as portuguesas maiores de 18 anos que quisessem servir a LP no «campo de actuação reservado à mulher, pelos princípios morais e sociais da Revolução Nacional». As filiadas das OLF ficavam sob a autoridade dos respectivos comandantes distritais da LP, contando-se, entre os «campos de actuação» reservados à iniciativa feminina, os serviços de enfermagem destinados a apoiar a Acção Social legionária, os serviços de assistência «dentro dos princípios da moral cristã em que sempre tem vivido a Pátria Portuguesa» e a divulgação de noções de higiene, puericultura e de educação familiar. Cabiam ainda às OLF a colaboração em todas as festas ou manifestações da Legião «na forma mais adequada ao seu sexo e espírito» e a cooperação com os legionários sem que jamais os serviços prestados pelas mulheres fossem «incompatíveis com os seus deveres familiares».

As legionárias foram sobretudo vistas nas festas da LP a entregar bandeiras aos terços legionários, nos festivais da Brigada Naval e nas sessões assistenciais da Casa do Legionário e do Centro de Puericultura da LP, onde a pediatra Sara Benoliel ministrava aulas de enfermagem e de cuidados materno-infantis. As OLF não parecem, porém, ter atraído muitas portuguesas, compreensivelmente pouco entusiasmadas por usar um uniforme, prescindir de preocupações mundanas e assumir uma atitude austera. No apelo que, em Abril de 1938, a legionária Maria de Jesus fez às mulheres para aderirem às OLF, condenou particularmente as «Passionárias» que, segundo ela, se bolchevizavam, mostravam «desleixo no lar» e «preguiça dos deveres do Estado» e que andavam, no Verão, «em maillot pelas praias», pelas esplanadas a beber e a fumar, e, nos casinos, a *flirtar* «com perigosíssimos elementos da III Internacional»³⁸.

As organizações femininas católicas

A partir de Março de 1934, ao ser publicado o Estatuto da Acção Católica Portuguesa (ACP), segundo as directrizes da carta *Ex Officios Litteris* do papa Pio XI, a Igreja começou a organizar o apostolado dos leigos em associações especializadas segundo o sexo, a idade e o meio social³⁹. Em 19 de Março, surgiram por seu turno os estatutos das duas grandes organizações femininas: a Liga de Acção Católica Feminina (LACF) e a Juventude Católica Feminina (JCF). Nesta última, que já contava em Maio de 1934 com dez mil associadas⁴⁰, foram organizadas, segundo o meio social, as organizações católicas femininas de juventude

“independente”, “universitária”, “escolar”, “agrária” e “operária”⁴¹, a última a ser criada com dirigentes provenientes inicialmente do meio estudantil.

A ACP começou, assim, por organizar as mulheres e as jovens, e, em primeiro lugar, as alunas – liceais e universitárias –, facto ao qual não terão sido alheias a sua própria implantação, inicialmente só no seio das “elites”, e a preocupação em disputar ao Estado o monopólio da formação do futuro “escol” feminino. Quase todas as organizações masculinas foram criadas posteriormente sem nunca atingir a expansão das femininas, que englobavam três vezes mais membros do que aquelas. Por exemplo, enquanto, em 1942, a Liga dos Homens da Acção Católica (LHAC) e a Juventude Católica masculina (JC) tinham, respectivamente, 2231 e 11987 filiados, a LACF e a JCF organizavam, respectivamente, 9154 e 36439 filiadas⁴².

A partir de 1936, ano da criação da Obra das Mães, as organizações católicas femininas mostraram-se particularmente atarefadas em campanhas e actividades, abundantemente noticiadas no jornal do episcopado, *Novidades*⁴³. No ano seguinte, em vésperas da criação da MPF, começou, em 9 de Novembro de 1937, na Quinta da Gandarinha, a «Semana para a Formação de Dirigentes» da JCP, e, seis dias depois, o Cardeal Patriarca presidiu à inauguração do novo ano da LACF, que contava então com 4000 associadas⁴⁴. No dia em que a organização estatal das raparigas foi institucionalizada, em 8 de Dezembro, o *Novidades* anunciou o Regulamento da MPF ao mesmo tempo que publicava o artigo «As raparigas católicas de Portugal» e a intervenção do cônego Avelino Gonçalves, no I Conselho Nacional da JCP, sobre os direitos «indeclináveis» da Igreja, relativamente à educação da juventude. Este dirigiu um evidente recado aos criadores das MPs, ao justificar a continuação da JCP por não se limitar à «formação meramente física, naturalista ou mesmo patriótica» dos jovens, porque o homem não era só «corpo» nem «só filho da nação» mas também «espírito» e «filho de Deus».

Afastar a mulher da fábrica e a jovem da rua e da prostituição foram objectivos compartilhados tanto pelas associações femininas católicas como por outras, laicas, entre as quais se contou a associação Florinhas da Rua, fundada em 1917, pela futura dirigente da Obra das Mães, condessa de Rilvas, que também criou, dez anos depois, o Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas⁴⁵. Outra instituição também vocacionada para o apoio às jovens da província que migravam para a cidade foi a Obra de Protecção às Raparigas (OPR)⁴⁶, que criou, em 23 de Outubro de 1937, a primeira Escola de Profissão Doméstica⁴⁷, mais tarde dirigida por Maria Joana Mendes Leal, futura dirigente da MPF.

Nas vésperas da criação das organizações femininas estatais, existiam inúmeras outras associações de caridade e de beneficência geridas por senhoras da aristocracia e das classes altas da sociedade. Embora muitas dessas associações, públicas ou privadas, já existissem anteriormente – caso da Liga de Profilaxia Social do Porto –, muitas surgiram a partir dos anos trinta, da iniciativa da Igreja e dirigidas por mulheres católicas e por familiares de governantes do Estado Novo. Muitas outras associações tinham porém um carácter educativo e laico e, por outro lado, nem só as mulheres ligadas ao regime actuavam nesse tipo de associação; também outras, como as organizadas no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), apoiavam a acção assistencial e filantrópica.

A criação da Obra das Mães e da Mocidade Portuguesa Feminina

Até à criação da AEV, tanto Salazar como António Carneiro Pacheco também já se tinham preocupado com a organização estatal da juventude. Na entrevista que concedeu a António Ferro, em 1932, o chefe do governo esclareceu que, embora recusasse, no «sistema italiano, espécie de absorção pelo Estado, a organização excessivamente nacionalista e belicosa dos “Balilas”», não deixava, porém, de «olhar as crianças como sendo os homens e as mulheres de amanhã». Além disso, como tinha a intenção de «modificar a mentalidade dos portugueses», não se esquecia de que as crianças constituíam «o terreno virgem em que essa educação nova mais pode[ia] frutificar»⁴⁸. Dois anos depois, ao intervir, em Janeiro de 1934, sobre o dirigismo estatal na economia, Salazar não deixou de atribuir ao Estado – e não à Família ou à Igreja – um papel crucial na formação da tal nova mentalidade:

«posse da infância e da juventude, a educação no sentido nacionalista, a formação da mentalidade geral, os exercícios, os jogos, os desportos, os cuidados de revigoração físico e moral da raça, as preocupações da investigação científica [...] tudo se pretende que obedeça a uma direcção única, a um único espírito, e – à falta de um estado de consciência colectivo [...] – é o Estado quem se arroga determiná-los, como representante e guarda do interesse geral.»⁴⁹

Ao referir-se, em Maio do mesmo ano, à nova Constituição portuguesa, no I Congresso da União Nacional (UN), Salazar não deixou, porém, de esclarecer, numa alusão evidente à Alemanha nazi e à Itália fascista, que o Estado Novo se distinguia do Estado totalitário e pagão, «omnipotente, princípio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas». Nesse tipo de Estado, Salazar criticou nomeadamente o facto de ele subordinar «tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça por ele representada, na moral, no direito, na política e na economia». Por isso, a Constituição de 1933 assegurava, segundo ele, «a liberdade e a inviolabilidade das crenças e das práticas religiosas», atribuía «aos pais e seus representantes a instrução e a educação dos filhos», reconhecia «a Igreja com as suas organizações próprias, e deixa[va]-lhe livre a acção espiritual»⁵⁰.

No mesmo congresso da UN, Carneiro Pacheco apelou à destruição do espírito de facção existente no sistema parlamentar-partidário através da educação corporativa da nação, de modo a preparar «a geração sadia em cujas mãos [havia] de prosperar o Estado Novo» e a despertar «em cada português o interesse pelo Interesse Nacional», o «hábito da disciplina, o gosto da obediência»⁵¹. Educar, formar ideologicamente os jovens sem os integrar em partidos ou milícias, mas num «movimento» nacionalista de carácter «espiritual» era, assim, um objectivo que Carneiro Pacheco já tinha definido, dois anos antes de tomar posse do Ministério da Instrução. Alguns dos meios para a formação dos jovens que viriam a ser integrados nas actividades das MP também já tinham sido por ele definidos em 1934, quando sugeriu a introdução de duas novas disciplinas curriculares no ensino primário: «a par dos *desportos* escolhidos com critério, o *canto coral*»⁵². Era seu objectivo principal a «formação do *Homem Novo*, isto é, do Português com o ideal, a mentalidade, e a mística do Interesse Nacional»⁵³.

Numa sessão de propaganda da União Nacional realizada em Braga em 28 de Maio de 1935, a ideia da organização da juventude – masculina – foi retomada por Francisco José Nobre Guedes, que propôs a criação de uma mocidade escolar «oficial, forte e disciplinada»⁵⁴, na qual a inclusão de raparigas primava de novo pela ausência. A ideia seria seguida, desta feita, por Carneiro Pacheco, que, em 21 de Janeiro de 1936, tomou posse da pasta do Ministério da Instrução Pública, definindo desde logo os princípios que iriam transformar essa pasta em Ministério da Educação Nacional. Na semana seguinte, Carneiro Pacheco apresentou a proposta de Lei n.º 1941, na qual estava incluído o propósito de criação da Mocidade Portuguesa (MP) e, em 12 Fevereiro, surgiu nos jornais a notícia da próxima criação da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Aprovada em 11 de Abril de 1936, a Lei n.º 1941 (Base XI) anunciava que seria dada à «mocidade portuguesa uma organização nacional e pré-militar que estimule[asse] o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e a colóque[casse] em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa». A Organização Nacional Mocidade Portuguesa (ONMP, ou MP) foi regulamentada em 19 de Maio⁵⁵, e, cinco dias depois, Carneiro Pacheco justificou a sua criação retomando o tema da crise da família, sem condições para a «sua missão educativa», e da insuficiência da escola, à qual cabia cooperar com a família «na formação integral da juventude»⁵⁶. Antecipando-se, porém, às críticas dos que consideravam a criação da nova organização de inspiração fascista e/ou nazi, Carneiro Pacheco assegurou que tanto a Escola como a MP lutariam «contra o paganismo e pela moral cristã», assim como contra a «tendência para uma ginástica meramente apolínea» que traria «a saúde física para o indivíduo, mas pode[ia] transformar-se em culto do corpo»⁵⁷.

Em 15 de Agosto de 1936, foi a vez de ser criada a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) foi oficialmente criada, pelo Decreto-Lei n.º 26 893⁵⁸. É difícil saber ao certo quando e como surgiu a ideia de criar as duas organizações, mas parece ter sido a OMEN a preceder apressadamente a MP apesar de ter sido esquecida na reforma inicial de Carneiro Pacheco. Embora muitas das questões que se levantam sobre a origem, a autoria e as razões da criação de uma organização estatal de mulheres fiquem sem uma resposta categórica, pode afirmar-se que a Obra das Mães foi criada a “a partir de cima” pelo Ministério da Educação. Por outro lado, a criação da OMEN parece ter sido bastante pacífica e isenta de polémica no seio do governo ou do partido único. Nem o Ministério do Interior, responsável pela assistência materno-infantil, nem a União Nacional (UN) parecem ter rivalizado demasiado com o Ministério da Educação para submeter à sua tutela ou à direcção partidária a organização feminina, embora o primeiro ministério tenha tentado impor à OMEN uma função assistencial, enquanto o segundo lhe atribuiu uma função educativa.

No discurso que proferiu quando a Junta Central da Obra das Mães foi nomeada, em 11 de Julho de 1936⁵⁹, o ministro repetiu a ideia de que, embora a Constituição atribuísse a função educadora às famílias e, no seu seio, às mães, estas revelavam-se manifestamente insuficientes, por «transigência ou fraqueza» e por ignorância de noções de higiene e de puericultura. O Estado – neste caso, o OMEN – propunha-se, assim, «partindo da certeza

de que não há deficiências morais ou económicas que legitimem exonerar-se a família do encargo de educadora», complementar a tarefa familiar através da educação das crianças e dos jovens nas escolas e da reeducação das mães através da OMEN. Mas como se tornara necessário integrar a «educação religiosa, cívica, nacionalista, estética e física num sistema de educação integral», tinha-se reformado a Escola, cuja principal finalidade era «moldar» as crianças na «idade plástica que é a primeira juventude», sacrificando «um enciclopedismo pretensioso ao robustecimento do corpo, à energia da vontade, ao espírito de iniciativa, à constituição do carácter»⁶⁰. Depois da reforma da Escola, «oficina dos pais de amanhã», era necessário «corrigir e suprir as deficiências nos de hoje» através da criação da Obra das Mães, que nascera «para restaurar na família a consciência da sua indeclinável missão de educar os portugueses de amanhã»⁶¹.

Na mesma sessão, Maria Guardiola, vice-presidente da direcção e futura presidente da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), delineou os propósitos ideológicos da Obra das Mães. Ao contrário de Carneiro Pacheco que se colocava, com a sua crítica ao «doentio saudosismo» de muitas mães, a meio caminho entre a ideologia conservadora e a «modernização» fascista, Maria Guardiola insistiu na tradição como tema central da «obra de ressurgimento nacional». Segundo ela, cabia à OMEN restabelecer «a tradição nos seus conceitos de amor de Deus e da Pátria, do respeito pela família, do amor ao trabalho e na aceitação do cultivo daquelas virtudes que aureolaram as fronteiras das nossas mães e fizeram delas os anjos tutelares da família»⁶². Era principal missão desta organização servir, no campo específico feminino, o projecto político salazarista de diluição das classes no seio da «comunidade nacional» e atribuir a cada um/a a sua função. Ora, a função específica da elite feminina do Estado Novo passava por «exercer acção social, moralizadora e educativa» assim como «estimular e dirigir a habilitação da mulher, em geral, e especialmente as mães, para a educação familiar, de harmonia com as boas tradições portuguesas»⁶³.

Segundo os seus estatutos de 1936, cabia à OMEN, organização de filiação voluntária, «estimular a acção educativa da Família», «assegurar a cooperação entre esta e a Escola», e «preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais», através dos seguintes meios específicos:

1. «Orientar as mães portuguesas por uma activa difusão das noções fundamentais de higiene e de puericultura para bem criarem os filhos em colaboração com a organização nacional Defesa da Família»;

2. «Estimular e dirigir a habilitação das mães para a educação familiar tendo em conta as diversas circunstâncias de classe e de meio»;

3. «Promover o embelezamento da vida rural e o conforto do lar como ambiente educativo, em relação com os usos locais e as boas tradições portuguesas, defendendo e estimulando as actividades e indústrias caseiras»;

4. «Defender os bons costumes, designadamente no que respeita ao vestuário, à leitura e aos divertimentos»;

5. «Promover e assegurar a educação infantil pré-escolar, em complemento da acção da família»;

6. «Dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, distribuições de uniformes, distribuição de livros e fortalecimento das caixas escolares»;

7. «Coadjuvar o professor na organização do recenseamento escolar, na vigilância da compostura, de assiduidade e aplicação dos alunos e na instituição de prémios»;

8. «Dar ao professor uma cooperação efectiva na educação moral e cívica dos alunos, no ensino do canto coral, no exercício da ginástica rítmica e nas festas escolares»;

9. «Desenvolver nos portugueses o gosto pela educação física tendo em vista a saúde de cada um e o serviço da Pátria»;

10. «Organizar a secção feminina da Mocidade Portuguesa, em harmonia com a base XI da Lei 1941 e com o artigo n.º 40 do regimento da Junta Nacional da Educação»;

11. «Contribuir de todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa»⁶⁴.

Embora a primeira referência de Carneiro Pacheco a uma hipotética organização das raparigas tenha surgido em 24 de Maio de 1936, no discurso proferido na Sociedade de Geografia, quando anunciou que a MP teria «em conta as circunstâncias especiais de *sexo*, idade e lugar», a futura criação da «parte feminina da MP» apenas foi anunciada, em 20 de Julho, pelos jornais. A organização da juventude feminina foi, assim, publicamente encarada só depois da criação da MP e da OMEN, organizações às quais coube formar e dirigir, por delegação do MEN, a MPF que ficou assim desde o início independente da organização da juventude masculina. Não se sabe se foi discutida no seio do MEN, da MP e/ou da OMEN a possibilidade de integrar a juventude feminina numa única Mocidade Portuguesa, à semelhança da inserção, também em 1936, da organização juvenil feminina alemã na Hitler Jugend (HJ).

O certo é que, não tendo nascido “no calor da luta”, como as organizações fascista e nacional-socialista, que foram colocadas sob direcção dos dirigentes do partido ou do Estado, a MPF teve desde o início grande autonomia e uma direcção própria feminina. A Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) foi regulamentada, em 8 de Dezembro de 1937, pelo Decreto-Lei n.º 28 262, que estabelecia a obrigatoriedade de filiação a todas as portuguesas, estudantes ou não, desde os 7 anos até aos 14 anos, e às que frequentavam o primeiro ciclo dos liceus, oficiais e particulares. O estatuto estipulava também que a organização tinha por fim formar uma mulher «nova», através da «educação moral, cívica, física e social»:

«– A educação moral será(ia) a educação cristã, tradicional no País [...], em cooperação com a família e os agentes de ensino [...].

– A educação cívica inspirar-se-á[ia] no Bem Comum e nas grandes tradições nacionais para que em cada filiada se defina a consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa na continuidade histórica da Nação.

– A educação física, sempre associada à higiene, visará[ia] o fortalecimento racional, a correcção e a defesa do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiança no esforço⁶⁴ «próprio [...] mediante actividades rigorosamente adequadas ao sexo e à idade. Serão[iam] excluídas as competições ou exhibições de índole atlética, os desportos prejudiciais

à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino.

- A educação social cultivará[ia] nas filiadas a previdência, o trabalho colectivo, o gosto pela vida doméstica e o de servir o Bem Comum, ainda que com sacrifício, e as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado.»

A direcção da MPF caberia à OMEN, que delegava a chefia num comissariado nacional à sua escolha, constituído, a partir de 24 de Dezembro de 1937, por Maria Guardiola (comissária nacional), Maria Luísa Vanzeller e Maria Fernanda d' Orey (comissárias nacionais adjuntas). O «território da metrópole» subdividia-se, hierárquica e geograficamente, em «províncias» e «regiões» com, respectivamente, «divisões» e «alas» que, por seu turno, se desdobravam em «centros». Nestes, as filiadas eram agrupadas, numericamente, em «quinas» (5 filiadas), «castelos» (5 «quinas»), «grupos de castelos» (4 «castelos»), «bandeiras» (3 «grupos de castelos») e «falanges» (2 «bandeiras»). Segundo a idade, as filiadas eram adjetivadas de «lusitas» (7 a 10 anos), «infantas» (10 a 14), «vanguardistas» (14 a 17) e «lusas» (17 a 25), que, a partir dos 21 anos, integrariam o Corpo de Serviço Social.

As influências externas da OMEN e da MPF⁶⁵

Quando as organizações femininas do Estado Novo – OMEN e MPF – surgiram, respectivamente em 1936 e em 1937, já existiam na Itália e na Alemanha modelos que podiam servir de inspiração ao Estado Novo e, nomeadamente, ao ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco. O regime fascista italiano, que pelo menos os nacionais-sindicalistas portugueses admiravam, já tinha iniciado o enquadramento estatais da juventude e das mulheres, e o mesmo acontecia na Alemanha nacional-socialista, onde, a partir da ascensão de Hitler ao poder em 1933, o Estado investiu e reforçou as organizações femininas e juvenis já existentes quando o nazismo era um «movimento». Mais tarde, quando o campo «nacionalista» venceu a guerra civil na vizinha Espanha, as organizações femininas portuguesas passaram sobretudo a ser influenciadas pela Sección Femenina de la Falange Española.

Na Itália fascista e na Alemanha nazi

Embora a OMEN tenha sido sobretudo influenciada pelo movimento familiar católico francês e belga, que a sua principal dirigente, condessa de Rilvas, conhecia e seguiu⁶⁶, não terá deixado de sofrer a influência da organização fascista, Opera Nazionale per la Maternità e l'Infanzia (ONMI), que apoiava a maternidade e a infância. Esta organização tinha sido criada, pelo regime de Mussolini, em 1925, ficando a cargo dos Fasci Femminili (Fascios femininos), por seu turno dirigidas pelo Partito Nazionale Fascista (PNF). A organização feminina fascista, Fasci Femminili, tinha sido fundada, em 1921, quando o fascismo ainda era um “movimento” em luta pelo poder, por iniciativa de jovens, atraídas pelo nacionalismo de D' Annunzio e o modernismo de Marinetti, que queriam participar na actividade política.

No entanto, antes da subida do Fascismo ao poder, estas jovens esbarraram com a recusa do PNF em organizar de forma autónoma as mulheres. Por seu turno, no ano em que a I República portuguesa foi derrubada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, foi criada, na Itália fascista, a organização de juventude Opera Nazionale Ballila (ONB), onde ficaram também organizadas as raparigas numa secção feminina separada. A ONB enquadrava as crianças e as jovens segundo a idade e o sexo: dos 4 aos 8 anos nos *figli della lupa*; dos 8 aos 14 anos, nos *balillas* e nas *piccole italiane*, respectivamente os rapazes e as raparigas; dos 14 aos 18 anos, os jovens chamavam-se *avanguardisti*, e as jovens *giovani italiane*; e, a partir dos 18 anos, respectivamente, *giovani fascisti* e *giovane fasciste*.

A tentativa estatal de monopolizar a educação e a organização da juventude desencadeou, de imediato, conflitos com a Igreja, que foi inicialmente obrigada a dissolver as suas organizações. Em 1929, no ano em que o Estado italiano e o Vaticano assinaram os Acordos do Latrão (Junho), o Duce reivindicou, num discurso proferido em Milão, a pertença ao Estado das «gerações novas» que tinham, por isso, de frequentar «exclusivamente» as instituições, para elas, criadas pelo regime⁶⁷. Nesse mesmo ano, o papa Pio XI reafirmou, na encíclica *Divini Illius Magistri* (31/12/1929), a posição da Igreja contra a «estatocracia» e sobre os direitos «naturais» das famílias na educação dos jovens, mas, o Estado fascista voltou a reclamar a educação «total» da juventude e criticou violentamente as associações da juventude da Acção Católica (AC). Particularmente agudo quando Mussolini dissolveu as organizações escutistas, o conflito entre o Estado e a Igreja diminui, porém, de tom a partir de 1931, ao ser selado um compromisso segundo o qual a AC era autorizada a actuar no campo social e religioso mas desistia de organizar o desporto juvenil e prescindia de actuar politicamente⁶⁸.

A partir desse ano, o PNF iniciou, com a criação da escola de Orvieto, a formação de quadros femininos, e a organização das mulheres, aproveitando o seu trabalho na gestão das sopas populares e dos serviços assistenciais do Partido e do Estado. Em 1934, o PNF começou a organizar as camponesas na organização das Massaie Rurali, que passaram então da tutela dos sindicatos rurais para a dos Fasci Femminili e a enquadrar as operárias e as trabalhadoras ao domicílio na Sezione Operaie ed Lavoratore a Domizilio (SOLD). Com a invasão da Abissínia, em 1935, o fascismo apelou às mulheres para que mobilizassem os filhos e os maridos para a guerra, e, no ano seguinte, elas foram solicitadas, na *Giornata delle Fede*, a entregar ao Duce e à Pátria as suas alianças de ouro⁶⁹.

No início dos anos trinta, a organização das raparigas passou a ser tutelada pela organização feminina – Fasci Femminili – embora estivesse integrada na ONB, dirigida na época pelo partido fascista. A organização mista da juventude passou depois para a tutela do Estado, concretamente do Ministério da Educação, mas foi recolocada, em 29 de Outubro de 1937, sob a direcção do PNF com o nome de GIL (Gioventù Italiana del Littorio). As jovens universitárias estavam, por seu turno, organizadas nos mistos Gruppi Universitari Fascisti (GUF). O propósito estatal de mobilizar, enquadrar e integrar as jovens na vida social e política provocou, por um lado, tensões com a Igreja e a rejeição das famílias, ao mesmo tempo que criou adversários no seio do próprio regime, dado que acabou por ter o efeito

perverso de transmitir às jovens veleidades de independência e de emancipação. Ao atribuir às mulheres a missão de serem as mães da raça e ao organizá-las social e politicamente, o fascismo concedeu-lhes aparentemente uma cidadania política, mas a recusa por parte dos dirigentes fascistas, da inclusão das mulheres na esfera pública esvaziou essa cidadania de qualquer conteúdo emancipatório.

Na Alemanha, a organização da juventude feminina, Bund Deutscher Mädel (BDM) surgiu da fusão, entre 1923 e 1927, de vários grupos juvenis de raparigas, quando o nacional-socialismo também ainda era um movimento. Embora se mantivesse como organização autónoma com direcção feminina, a BDM foi inserida, em 1930, no seio da organização mista da juventude, Hitler Jugend (HJ), por seu turno dirigida pelo partido nazi, NSDAP. A partir da sua criação, em 1931, a organização das mulheres nacionais-socialistas, National-Sozialistische Frauenschaft (NSF), também resultante da fusão de diversos grupos femininos, disputou o monopólio da organização das raparigas à Juventude Hitleriana. Perdeu, porém, a parada, em 1932, quando, a pedido de Baldur von Schirach, todas as raparigas dos 10 aos 18 anos foram inseridas na BDM e, por conseguinte, na HJ.

A partir da subida de Hitler ao poder, em 1933, a HJ tornou-se uma organização de massas com cerca de 6 milhões de jovens, que ingressaram voluntariamente na organização, atraídos, tal como alguns pais, pela transformação do “movimento» nacional-socialista em “regime”. Em 1934, a nova dirigente da NSF, Gertrud Scholtz-Klink, considerou que o sacrifício pela «comunidade nacional» era a primeira tarefa feminina, e que a luta contra a «decadência» devia ser travada em conjunto com os homens. Enquanto estes se ocupariam da política, as mulheres dedicar-se-iam às tradicionais tarefas femininas, adaptadas, porém, às novas leis raciais e de esterilização forçada.

A partir de 1935, a NSF, que já contava com dois milhões de membros, reunia a elite das mulheres nazis ao mesmo tempo que organizava num movimento de massas – a Deutsches Frauenwerk (DFW)⁷⁰ – o grosso das alemãs e incorporava todas as organizações femininas, à excepção das socialistas, comunistas e judaicas, que foram proibidas. Mas, ao contrário de uma afirmação de Scholtz-Klink, proferida em 1934, segundo a qual a NSF e a DFW teriam «reagrupado todas as mulheres alemãs sob uma direcção única», a maioria delas foi enquadrada em organizações mistas nazis. Por outro lado, as activistas locais da organização feminina nunca tiveram autonomia pois, estavam sob a direcção dos dirigentes masculinos regionais do Partido Nazi e não só não intervieram nas leis respeitantes às mulheres, como não geriram a assistência social e materno-infantil – nas mãos do partido e do Estado.

Entretanto, todas as organizações confessionais, políticas e desportivas de juventude da Alemanha, exceptuando as socialistas, comunistas e judaicas – proibidas –, foram sendo incorporadas compulsivamente na HJ, através do chamado processo de «coordenação» (*Gleichaltung*). Em Junho de 1934, todas as crianças e jovens passaram a ser obrigados a participar nas actividades promovidas pela HJ nas escolas⁷¹. Além disso, em 1 de Dezembro de 1936, no mesmo ano da criação da OMEN e da MP, a HJ tornou-se a organização estatal de incorporação obrigatória de toda a juventude de “raça superior” dos 10 aos 18 anos, incluindo das raparigas, organizadas na BDM. O propósito da HJ - e da BDM - de afastarem

os rapazes e as raparigas das suas famílias para os integrar no nacional-socialismo teria gerado, segundo algumas opiniões, uma separação entre as gerações e alargado o fosso entre a esfera dos adultos e a da juventude, ao mesmo tempo que teria aproximado os jovens de ambos os sexos.

Afastadas da organização das mulheres – NSF – e do mundo feminino, mas inseridas na HJ, através da sua secção feminina, BDM, as raparigas teriam sido, assim, socializadas através das manifestações colectivas e públicas que lhes facultavam uma aparente participação na sociedade, incentivavam a mobilidade social e possibilitavam que se formasse no seio delas uma elite feminina⁷². O afastamento das raparigas do seio da família não teve, porém, grandes virtudes emancipatórias, pois, ao substituir a tradicional autoridade familiar pela autoridade do Estado, a BDM limitou-se, tal como a HJ, relativamente aos rapazes, a tornar as raparigas totalmente disponíveis para as tarefas nacionais-socialistas.

Contactos, semelhanças e diferenças com o fascismo e o nazismo

Embora a OMEN portuguesa e a OMNI italiana tenham partilhado a mesma função de controlo social, moral e ideológico das mulheres assistidas, assim como algumas tarefas práticas, parece ser evidente que a organização italiana, sob direcção dos Fasci Femminili, não só teve um papel muito mais activo que a portuguesa como esteve mais desligada da Igreja. Apoiou nomeadamente as mães solteiras enquanto a OMEN só “apoiou” as mães legitimamente casadas. As diferenças são ainda maiores quando se compara a OMEN e os Fasci Femminili, nos quais se enquadrava a elite feminina fascista. Ao contrário da organização portuguesa, cuja estrutura dirigente era preenchida por aristocratas e esposas de governantes, a organização feminina italiana incluía muitas militantes fascistas de primeira hora de origem plebeia e com aspirações à mobilidade social e à ascensão na hierarquia fascista.

Uma característica que os Fascii Femminili compartilharam com a OMEN foi o desejo inicial de controlar a juventude feminina. Mas, no caso da organização portuguesa, esse privilégio inicial foi atribuído pelo MEN que não lhe retirou a direcção sobre as raparigas para a atribuir a uma organização masculina ou partidária, mas para permitir que a MPF caminhasse autonomamente com a sua própria direcção. A organização italiana, por seu lado, acabou por “perder” as raparigas em benefício do partido fascista, que dirigia a organização mista estatal da juventude.

Na Alemanha, também houve uma disputa pelo monopólio da juventude feminina na sequência da qual as organizações católicas foram derrotadas assim como todas as associações não políticas e, evidentemente, antinazis e judaicas, proibidas e dissolvidas. A organização nacional-socialista das mulheres – NSF – perdeu a parada a favor da Juventude Hitleriana, que integrou as jovens de todas as idades no seu seio. Que se saiba, a NSF não teve qualquer influência sobre a OMEN, da qual se distinguiu, pela gestão de estruturas “colectivistas”, pelo “paganismo”, pelo anti-semitismo e por uma política anti-natalista, que chegou a incluir a esterilização e o aborto eugénicos, impostos aos “deficientes” e aos elementos das “raças inferiores”.

O afastamento dos católicos na Alemanha terá sido porventura uma das pedras-de-toque que diferenciaram as organizações dos dois países. Em comum, poderá falar-se dos cursos de puericultura e de economia doméstica, ministrados pelas organizações dos dois países, embora, em Portugal, tenha prevalecido neles a inculcação moral e religiosa, enquanto na Alemanha a difusão ideologia nazi foi dominante. A propaganda do retorno da mulher ao lar foi aparentemente idêntica nos dois países, mas esse propósito, que, aliás, se aplicava só às “arianas”, foi substituído na Alemanha, a partir do início da guerra, pela utilização da mão-de-obra feminina no esforço de guerra. Por outro lado, apesar de as duas organizações femininas – portuguesa e alemã - terem sido dirigidas por mulheres, as dirigentes locais da NSF estavam sob controlo dos chefes locais do partido nazi, enquanto as da OMEN, submetidas à tutela do MEN, mantiveram uma direcção feminina, com uma autonomia relativa, aliás, permitida devido à sua passividade e falta de militância.

Quanto às semelhanças entre a MPF e as organizações femininas de juventude fascista e nacional-socialista, recorde-se que, em Portugal, aquela foi criada “a partir de cima” pelo MEN, que delegou na OMEN a formação e a direcção da organização feminina da juventude, a qual nunca foi, assim, incluída na MP. Não nasceu “no calor da luta” como os agrupamentos femininos fascistas e nacional-socialistas, progressivamente inseridos nas organizações masculinas sob direcção dos respectivos partidos únicos. Além de a MPF não se ter subordinado à *União Nacional*, há que assinalar também o facto de essa organização se ter assumido como “tradicionalmente feminina” e de, através dela, as jovens não se terem incluído, como na Alemanha e na Itália, no grupo da “Juventude”.

Ao contrário da *Gioventù Italiana del Littorio* italiana e da *Hitler Jugend* alemã que chegaram a incorporar quase 70% de todos os jovens, a MPF, organização especificamente feminina com carácter obrigatório só atingiu uma parte da juventude escolar. A contradição que existiu em Itália e na Alemanha, entre, por um lado, o desejo de mobilizar as jovens para tarefas políticas e, por outro lado, a vontade de as formar para as tarefas domésticas, não se fez tanto sentir em Portugal. Aqui a mobilização política das jovens foi escassa, embora a inculcação ideológica, através de um modelo único moral e religioso, tenha sido eficaz e, por razões óbvias, mais duradoura.

Na Itália, as organizações escutistas foram dissolvidas e a *Acção Católica* chegou a ser atacada mas, a partir da assinatura da Concordata entre o governo italiano e a Santa Sé em 1929, a coexistência entre Estado e Igreja tornou-se mais pacífica. Na Alemanha, o regime nazi proibiu, pura e simplesmente, a actuação organizada da Igreja e das suas organizações. Em Portugal, depois da tentativa falhada de dissolver a actividade escutista e de episódicos conflitos iniciais, Estado e Igreja tornaram-se colaboradores. Embora não confessional, a organização feminina portuguesa teve uma forte orientação religiosa e seguiu por essa ordem a norma «Deus, Pátria, autoridade...», ao contrário, por exemplo, da italiana, que colocava o Estado fascista acima da religião, e da alemã, que punha a raça alemã no topo da hierarquia.

Um dos pontos que inspirou desconfiança à MPF foi precisamente o culto “pagão” do corpo na Itália e na Alemanha, onde o factor eugénico assumiu proporções impensáveis,

tanto para o Estado Novo como para a Igreja católica. Por outro lado, o carácter laico, politizado, mobilizador e totalizante - invasor do espaço privado, interventor no seio da família e eliminador das instituições intermédias-, particularmente agudo no caso alemão, só em parte existiu, no caso português. Aqui, a Igreja católica foi apaziguada através da incorporação da componente católica na MPF, a Família foi enaltecida e resistiu quando o seu âmbito foi invadido, e a Escola não deixou de lutar pelas suas prerrogativas acabando por vencer as Mocidades. Apesar das comparações, a Mocidade Portuguesa Feminina foi antes de tudo uma organização singular e nacional.

Embora o Estado Novo tenha omitido, depois de 1945, as relações que as suas organizações de juventude mantiveram com os regimes fascista e nacional-socialista, a MP - mais do que a MPF - chegou a encontrar-se frequentemente com delegações da Hitler Jugend (HJ). No entanto, provavelmente a pedido do regime, a imprensa preparou a opinião pública, publicando em sintonia diversos artigos nos quais se comparava elogiosamente a recém-criada MP com a Opera Nazionale Balilla (ONB) italiana, embora não fosse mencionada a HJ.

Lembre-se que a formação das MPs ocorreu num momento de “fascização” do regime quando se iniciou a guerra civil espanhola e houve uma maior aproximação entre o Estado Novo e os regimes alemão e italiano. Por exemplo, em 25 de Abril de 1936, o *Diário da Manhã* referiu que «os “Ballilas” e os “Avanguardisti”» eram «os melhores alicerces do movimento fascista», e que também estava a decorrer «entre nós a obra de integração da juventude na empresa restauracionista e progressiva do Estado Novo». O *Diário de Notícias* publicou, por seu turno, em 16 de Novembro, um editorial onde a MP era considerada «um pequeno núcleo bonito» de «jovens física e moralmente educados como na Itália fascista»⁷³.

O certo é que, a partir de 1936, muitas delegações da HJ visitaram Portugal a convite da MP. Em Junho desse ano, chegaram estudantes de Hamburgo, para os quais se organizou uma sessão no Liceu Normal de Pedro Nunes, onde, entre outras personalidades, estiveram presentes Maria Guardiola e um coro de raparigas do Liceu de D. Filipa de Lencastre num momento em que a MPF ainda não tinha sido criada. Na ocasião, Carneiro Pacheco esclareceu que «se a visita dos estudantes de outros países» por vezes tinha, no passado, «envolvido pensamento reservado», a delegação alemã merecia «toda a confiança porque era representante de um país que está connosco e com o qual nós estamos na defesa da civilização cristã contra o comunismo»⁷⁴. Em Agosto desse mesmo ano, os jornais portugueses noticiaram a presença de uma delegação de filiados e de dirigentes da MP nos Jogos Olímpicos de Berlim e num acampamento da HJ na Alemanha.

Em 1937, chegaram a Portugal vários dirigentes da HJ, entre os quais, em Fevereiro, Hartmann Lauterbacher, homenageado com um banquete pela Legação Alemã. Carneiro Pacheco apelou, na ocasião, à aproximação da «gente nova» das «duas grandes Pátrias», e assegurou que o «afectuoso acolhimento» dispensado aos enviados da HJ era uma prova da existência de «alguns princípios essenciais e certa coincidência de métodos na formação das gerações para o serviço da Era Nova». Embora recusando qualquer tipo de «suspeito

internacionalismo», o ministro assegurou que a MP estava com a HJ «na luminosa estrada do Bem Comum» e na luta contra a «barbárie comunista».

As relações da MPF com organizações congêneres foram, porém, em menor quantidade, do que as da MP. Em 16 de Outubro de 1937, uma pequena nota oficiosa nos jornais deu conta de que se tinham apresentado ao ministro da Educação Nacional dirigentes da OMEN, recém-regressadas de uma viagem de estudo a Itália, realizada no mês anterior⁷⁵. Sintomaticamente, estas não participaram numa viagem idêntica à Alemanha, o que indica uma proximidade privilegiada inicial com o fascismo italiano, regime que Carneiro Pacheco conhecia bem⁷⁶. Ele próprio tinha-se deslocado, em Novembro de 1936, à Itália e à Alemanha para estudar o funcionamento das associações escolares e as respectivas obras de educação e de assistência⁷⁷.

O ministro da Educação Nacional teve, no entanto, o cuidado de apresentar a organização feminina como “uma instituição de características absolutamente nacionais, embora com pontos similares com outras instituições estrangeiras criadas para o mesmo fim: educar e nacionalizar a Juventude, preparando a mulher de quem depende a segurança e a felicidade da família, e por conseguinte o bem da nação”⁷⁸. Mas, embora a Itália fascista, onde o Estado proibiu o movimento escutista, tenha em parte servido de inspiração a Carneiro Pacheco, este último não chegou, porém, a dissolver o escutismo por receio de uma reacção da Igreja.

No ano lectivo de 1937/38, em que assistiram a uma conferência sobre Itália, as alunas do Liceu de D. Filipa de Lencastre também se deslocaram ao Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, para ouvir a lição «A educação da mulher na Alemanha moderna» promovida pelo Instituto de Alta Cultura, e ao Liceu de Pedro Nunes, onde assistiram a uma sessão de cinema sobre a mocidade alemã, com filmes cedidos pelo Grémio Luso-Alemão. Mas as relações entre a MPF e a secção feminina da HJ - BDM – permaneceram raras até 1942. Nesse ano, a responsável pela educação física da MPF, Ingrid Ryberg, deslocou-se à Alemanha em missão de estudo⁷⁹, embora a organização portuguesa não apreciase a ginástica praticada nesse país, considerada competitiva, «pagã» e «masculinizada».

Em Junho, a professora de educação física da BDM no Colégio Alemão de Lisboa, Waldtraut Paetzcke, assistiu às provas de chefes de falange da MPF e convidou, por seu turno, dirigentes da organização portuguesa para assistirem às provas de ginástica das suas alunas alemãs. Ao descrever essa visita à escola alemã, a delegação da MPF considerou que, embora existisse «diferença nos métodos de ensino adoptados» pelas duas organizações, tinha encontrado «muitos pontos de contacto no culto do amor da Pátria e da Família, comum às duas Mocidades.»⁸⁰

A Sección Femenina de la Falange Española

Em Espanha, a organização feminina falangista nasceu no seio da Falange Española Tradicional (FET) criada por José Antonio Primo de Rivera em Outubro de 1933, e desenvolveu-se depois no contexto da guerra civil, hegemonizando gradualmente todas as associações femininas monárquicas e de direita do campo “nacionalista”. Embora aceitasse a

participação feminina na luta nacional-sindicalista, a Falange esclareceu que não desejava o ingresso das mulheres no seu seio nem a existência de uma organização feminina autónoma, e ordenou que estas integrassem Sindicato Español Universitario (SEU). Foi assim que nasceu, no seio do SEU, em Junho de 1934, três meses depois de a Falange se ter unido às Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalistas (JONS), a Sección Femenina da la Falange Española Tradicional (SF)⁸¹, dirigida por Pilar Primo de Rivera, irmã de José António.

Segundo o seu primeiro regulamento, em vigor entre Dezembro desse ano e Abril de 1937, a SF propunha-se integrar a luta pela «formação de uma Espanha imperial através do fomento do espírito nacional-sindicalista, do estímulo do amor a Espanha e ao Estado corporativo na mulher espanhola e do apoio militante aos falangistas na luta contra a anti-Espanha». Entre outras actividades, as mulheres ficavam incumbidas de «propaganda, confecção de bordados e de bandeiras pedidos pelo alto-comando», embora deversem permanecer na retaguarda porque não lhes cabia agir, mas impelir o homem a actuar⁸².

Depois da execução à morte de José António, a SF foi abandonando algumas características da sua postura inicial “falangista”, radical, laica, antiplutocrática e fascizante, passando a ter cada vez mais como referência o nacionalismo católico e tornando-se gradualmente numa secção autónoma da Falange. No início da guerra civil, em 1936, quando estava na clandestinidade depois da ilegalização da Falange, em 11 de Março, a SF enquadrava, segundo os seus números, 2000 mulheres, número que aumentou para as 60 000 militantes em Janeiro de 1937. Com o processo de unificação do campo nacionalista, em Abril, a SF passou a integrar, no seu seio, tanto mulheres falangistas como «margaritas» tradicionalistas e monárquicas. Entre 1937 e 1939, a SF realizou viagens de estudos a Portugal, Itália e à Alemanha⁸³, de onde Carmen Werner, a futura dirigente da organização de juventude da SF, trouxe o modelo do Socorro de Inverno alemão que inspirou o decreto do Serviço Social (7/10/1937), ao qual todas mulheres dos 17 aos 25 anos tinham obrigatoriamente de pertencer durante seis meses.

No final da guerra civil, a organização feminina falangista era dirigida por três delegadas nacionais, respectivamente responsáveis pelo Auxílio Social, pela secção Frentes e Hospitais e pela Sección Femenina (SF) propriamente dita, chefiada por Pilar Primo de Rivera que exigiu tutelar todas as outras secções e nomeadamente integrar na SF o Serviço Social⁸⁴. Em Maio de 1939, um mês depois de a guerra ter terminado, Pilar Primo de Rivera assegurou a Franco, na concentração de mulheres em homenagem ao exército “nacionalista” em Medina del Campo, que as mulheres iriam voltar ao lar⁸⁵. Em Junho, a SF ficou com a incumbência de enquadrar todas as mulheres espanholas e, em Setembro, a prestação de Serviço Social e a filiação das jovens no Sindicato Español Universitario (SEU) tornaram-se obrigatórias. Em Janeiro de 1940, a SF ficou ainda com a tutela da organização feminina da juventude e, em 24 de Abril, passou a dirigir as mulheres trabalhadoras, através das Hermandades.

Em 6 de Dezembro desse ano, num período em que ocorreu a unificação das forças que integraram o *Movimiento* franquista, foi criada a Frente de Juventudes (FJ), organização mista de incorporação obrigatória dos jovens dos ensinos primário, secundário e universitário. Pilar Primo de Rivera não descansou enquanto não integrou, na SF, todas as jovens, embora

se tenha confrontado com resistências ao seu projecto por parte de dirigentes da FJ, pouco desejosos de que essa organização fosse dividida em duas secções separadas.

Em Dezembro de 1942, a FJ foi dividida em três sectores – SEU, para universitários, centros de formação e centros de trabalho – que enquadravam os jovens dos 7 aos 17 anos de ambos os sexos em secções masculina e feminina, esta última sob a tutela da SF. Em 1945, todas as referências à FJ foram, porém, eliminadas do seio da SF. A atribuição à organização feminina falangista da educação das raparigas e do controlo das mulheres, que ficaram assim concentradas numa única organização, não deixou de provocar conflitos com a Igreja, que só sairia vitoriosa, na luta entre a «Flecha» (símbolo falangista) e a «Cruz», em 1952, com a assinatura da Concordata entre o Estado espanhol e a Santa Sé⁸⁶.

A Sección Femenina da Falange Espanhola terá sido a organização que porventura mais influenciou a OMEN e a MPF. Poderá, aliás, dizer-se que as portuguesas também influenciaram as espanholas, com as quais mantiveram inúmeros contactos. Embora com uma origem militante e mais marcadamente ideológica no seu início, a SF acabou por se transformar numa organização estatal inserida no “Movimiento” e no governo franquistas através da presença, no seio deste, da sua dirigente máxima, Pilar Primo de Rivera. Ao longo dos anos, a SF foi ganhando mais poder, tendo-lhe sido atribuído o controlo sobre o Serviço Social – que no caso espanhol foi obrigatório –, sobre as mulheres trabalhadoras, sobre as universitárias – através do SEU – e sobre a juventude feminina que, em Espanha, não foi organizada autonomamente, mas integrada na organização das mulheres. Ao ficar com o pelouro da formação e organização da juventude feminina, a SF foi também a maior interlocutora estrangeira da MPF.

Em 8 de Agosto de 1939, chegou a Lisboa uma primeira delegação de 180 raparigas falangistas, recebidas por Maria Guardiola e a condessa de Almoester, da OMEN. No seu discurso, esta dirigente destacou a proximidade entre as duas organizações femininas, nas quais «palpita(va) o mesmo ideal nacionalista e cristão». Esse tema da semelhança entre as duas organizações seria glosado pela própria Pilar Primo de Rivera quando, em Outubro de 1940, se deslocou, por seu turno, a Lisboa a convite da OMEN⁸⁷. As relações entre a MPF e a SF nunca mais cessariam e, no VII Conselho Nacional da SF, em 1943, foi nomeadamente analisado o trabalho da organização falangista em Portugal.

Houve, porém, diferenças, entre as duas organizações, nomeadamente. Em Espanha, depois de incorporada na organização mista, FJ, a juventude feminina, passou para a tutela da SF, na qual estavam contidas “duas numa”, pois que esta englobava as duas organizações que em Portugal se ocupavam das mulheres e das jovens (OMEN e MPF). Por outro lado, a SF, ao contrário da MPF, organizou compulsivamente as universitárias, actuou entre as mulheres rurais e operárias, colaborou com o sindicato único estatal, impôs a todas as jovens o Serviço Social obrigatório e, até meados dos anos quarenta, realçou mais a doutrinação ideológica (falangista) do que a catequização católica. Mas, também não se pode deixar de encontrar, entre a MPF e a SF, semelhanças, por entre as diferenças, que advêm das que caracterizaram os regimes português e espanhol. Os centros escolares da SF - também geriu centros operários e rurais - ministraram, como os da MPF, aulas de educação física,

formação feminina e formação moral. Por outro lado, as jovens foram dirigidas, em ambos os países, com certa autonomia pelas mulheres - a maior parte delas solteiras - e, a partir de 1945, o mesmo peso da religião e do tradicionalismo ruralizante fez-se sentir nas duas organizações.

Notas

¹ Autora da *História das Organizações Femininas do Estado Novo* (Círculo de Leitores, 2000 e Temas & Debates, 2001). Investigou para a dissertação de Doutoramento, sobre a «PIDE/DGS. 1945-1974», realizada enquanto bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

² Arquivo Salazar, AOS/CO/ED-1C, «Criação da Ordem Lusa e respectiva regulamentação», s.d.

³ AOS/CO/ED-1D, «Actividade da Mocidade Portuguesa (1936-1942)». O projecto de Lei de Gustavo Cordeiro Ramos não está datado, mas lembre-se que ele foi ministro da Instrução Pública entre 21 de Janeiro de 1930 e 24 de Julho de 1933.

⁴ Sobre o movimento nacional-sindicalista, ver António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

⁵ *O Nacional-Sindicalista (O NS)*, 5 de Março de 1933.

⁶ *O NS*, 18 de Dezembro de 1932. Artigo intitulado «Às senhoras da nossa terra», assinado por «Eu».

⁷ *O NS*, 25 de Dezembro de 1932.

⁸ *Idem*, 22 de Janeiro de 1933.

⁹ *Idem*, 26 de Fevereiro de 1933.

¹⁰ *Idem, ibidem*, artigo «A mulher portuguesa e o movimento nacional-sindicalista», assinado por «Rosa Maria».

¹¹ *Idem*, 5 de Fevereiro de 1933.

¹² *Idem*, 26 de Fevereiro de 1933, artigo «Dos tempos que vão correndo», assinado por «Anemaria».

¹³ *Idem*, 14 de Maio de 1933, artigo dirigido às «Raparigas da minha terra!»

¹⁴ António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, «Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)», in AAVV, *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio na Faculdade de Letras, Lisboa, Março 1980*, Lisboa, Regra do Jogo, 1982.

¹⁵ *Avante*, 12 de Maio de 1934.

¹⁶ Título de uma brochura da AEV onde a organização se distanciava quer da Internacional Comunista quer da “Internacional Fascista” em formação em Itália.

¹⁷ Entre 1931 e 1932, anos antes de Carneiro Pacheco criar a MP, o ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, sugeriu a criação da Liga Nacional Mocidade Portuguesa, uma organização voluntária da juventude – tal como a AEV – que não chegou a ver a luz do dia. Cf. António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, «Fascismo e juventude nos primórdios...» e Simon Kuin, «A Mocidade Portuguesa nos anos trinta», in *Análise Social*, ICS, vol. xxviii, 1993 n.º 122, pp. 558-565.

¹⁸ António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, *op.cit.*, pp. 229-258. Simon Kuin, *op. cit.*, p. 563.

¹⁹ *Avante*, 14 de Abril de 1934, 17 de Fevereiro, 20 de Março, 30 de Março e 13 de Abril de 1935.

²⁰ *Idem*, 31 de Março de 1934.

²¹ *Idem*, 9 Junho de 1935.

²² No seio dos vanguardistas, o entusiasmo nunca terá sido a principal atitude. Em Abril de 1934, o secretário do Fascio Italiano di Lisbona descreveu a um enviado da «Internacional Fascista» (Comitati di Azione per la Universalità di Roma), Ubaldo Baldi-Papini, a sessão de projecção, no cinema S. Luís, do filme propagandístico *Camicià Nera*: «Mesmo quando apareceu (Salazar), a sala permaneceu glacial, e só por iniciativa de nós, fascistas, os vanguardistas se decidiram a aplaudir».

²³ *Avante*, 14 de Abril de 1934.

²⁴ *Idem*, 30 de Março de 1935. «A mulher portuguesa e o Movimento Vanguardista».

²⁵ *Idem*, 18 de Novembro de 1934.

²⁶ *Idem*, 9 de Dezembro de 1934.

²⁷ *Idem*, 16 de Dezembro de 1934.

²⁸ *Idem*, 23 de Dezembro de 1934.

²⁹ *Idem*, 13 de Janeiro de 1935.

³⁰ A rubrica desapareceu de facto a partir de 13 de Janeiro de 1935.

³¹ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis...*, Lisboa, Estampa, 1994, p. 53.

³² AOS/CO/IN-9-1, pasta 8. «Estudo sobre organização da assistência pública (1935)».

³³ 12 de Agosto de 1936.

³⁴ General Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, cit. Coronel Conde Falcão, *Imagens da I Guerra Mundial, Secção de Informação Protocolo e Relações Públicas, Gabinete General do Chefe do EME*, Maio de 1998.

³⁵ *O Século*, 9 de Abril de 1938.

³⁶ *O Século*, 29 de Abril de 1937, Arquivo Salazar, AOS/CO/NE – 9-I, «Actividade da Associação de Senhoras da Caridade de Lisboa no caso de Espanha, Maio de 1937».

³⁷ O regulamento da LP foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 27 807 de 15 de Outubro de 1936, in Luís Nuno Rodrigues, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, p. 85.

³⁸ *Boletim da Legião Portuguesa*, Abril de 1938, p. 13, citado por Luís Nuno Rodrigues, *op. cit.*, p. 86.

³⁹ Sobre a história da ACP, ver Paulo Fontes, «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade» in *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2. série, tomo vi, 1994. O criador, da Acção Católica, Pio XI, definiu a actuação dos leigos na encíclica *Urbi Arcano Dei* (1922) que em Portugal foi delineada através das “bases” da ACP em 16 de Novembro de 1933.

⁴⁰ Inácia Rezzola Clemente, *Igreja, Operários e Corporativismo. Problemas em torno da «Questão Social (1931-1948)»*, dissertação para obtenção do grau de mestre, Lisboa, FCSH/UNL, 1995, pp. 104-106.

⁴¹ Juventude Independente Católica Feminina (JICF), Juventude Universitária Católica Feminina (JUCF), Juventude Escolar Católica Feminina (JECF), Juventude Agrária Católica Feminina (JACF) e Juventude Operária Católica Feminina.

⁴² Inácia Rezzola Clemente, *op. cit.*, p. 225.

⁴³ Em Janeiro, a JUCF realizou uma conferência sobre a «independência da mulher» e, no mês seguinte, houve iniciativas da Liga Escolar Católica Feminina (LECF), da Liga Operária Católica Feminina (LOCF), da Liga da Acção Católica Feminina (LACF) e da Liga Independente Católica Feminina (LICF), respectivamente presididas por Raquel Ferrer dos Santos, Maria Inês Stilwell, Maria Luísa Vanzeller e Maria Joana Mendes Leal, futuras dirigentes da OMEN (as últimas três) e da MPF (as últimas duas). A partir de Maio, a JICF, organização de jovens das classes média e alta, iniciou uma campanha de «moralização das praias» e de «reforma dos costumes», e, em Novembro, a LACF realizou a sua primeira reunião de dirigentes (Primeira Reunião de Dirigentes da Liga da Acção Católica Feminina, Lisboa, ACP, 1936).

⁴⁴ Em Novembro de 1937, a JECF apresentou, pela voz de Maria Judite Monteiro, o seu plano de trabalhos numa sessão no Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho onde estiveram presentes a reitora, Maria Guardiola, e Maria Luísa Vanzeller, que seriam futuras comissárias nacionais da MPF. O ano de 1937 acabou com outras iniciativas, entre as quais a inauguração, em 12 de Dezembro, do novo ano de trabalho da JUCF, cuja dirigente, Maria José Lencastre, propôs como tarefa da organização «formar uma elite destinada a conquistar para Cristo a massa confusa e desorientada da juventude universitária».

⁴⁵ AOS/CO/IN-9A. O Instituto Condessa de Rilhas fundiu-se depois com as Florinhas da Rua e tornou-se, em 1935, uma instituição semi-oficial dependente de vários ministérios que a subsidiavam.

⁴⁶ *Revolução*, 23 de Março de 1933.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, 24 de Outubro de 1937.

⁴⁸ António Ferro, *Salazar. O Homem e a Sua Obra*, Lisboa, Ed. Fernando Pereira, 1982, p. 157.

⁴⁹ «Problemas da organização corporativa». Conferência no SPN, em 13 de Janeiro de 1934, in O. Salazar, *Discursos*, Coimbra Editora, vol. I, pp. 287-288.

⁵⁰ «O Estado Novo português na evolução política europeia». Discurso proferido na inauguração do I Congresso da UN, em 26 de Maio de 1934, in O. Salazar, *Discursos*, vol. I, pp. 335-338.

⁵¹ Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado (Discursos)*, Lisboa, Bertrand, 1940. Discurso proferido em 28 de Maio de 1934 no encerramento do I Congresso da União Nacional.

⁵² *Idem*. Discurso proferido no sarau do orfeão académico de Lisboa, em 26 de Dezembro de 1934.

⁵³ *Idem, ibidem*. Discurso proferido no 3.º aniversário da posse de Salazar na presidência do governo, na Covilhã, em 7 de Julho de 1935.

⁵⁴ Francisco Nobre Guedes foi comissário nacional da MP entre 1936 e 1940, ano em que foi nomeado ministro de Portugal em Berlim.

⁵⁵ Decreto-Lei n.º 26 611, do Regimento da Junta de Educação Nacional.

⁵⁶ Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado...*, cit. Discurso proferido na homenagem ao Exército na II. Semana Militar, realizada na Sociedade de Geografia em 24 de Maio de 1936.

⁵⁷ *Idem, ibidem*.

⁵⁸ O Regimento de Educação Nacional foi promulgado pelo Decreto-Lei n.º 26 661 e o regulamento da MP pelo Decreto n.º 27 301, de 4 de Dezembro de 1936. Antes, o Decreto-Lei n.º 27 804, de 14 de Outubro, que reformou o ensino liceal, referia a MP ao regulamentar a cooperação da Mocidade «com todos os estabelecimentos particulares

e públicos do ensino secundário». A OMEN só foi incluída nessa «cooperação», juntamente com a MP, na reforma do ensino primário. Percebe-se porque: é que a organização feminina devia colaborar com os professores do ensino primário e ocupar-se do ensino infantil, mas a colaboração com o ensino secundário ficaria a cargo da MPF.

⁵⁹ *Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1936.

⁶⁰ Discurso de Carneiro Pacheco pronunciado no sarau de gala do Orfeão Académico de Lisboa, em 26 de Julho de 1934, in Carneiro Pacheco, *Portugal Renovado (discursos)*..., pp. 57-63.

⁶¹ «Tudo anda à volta de um berço», *II Semana da Mãe*, 1939.

⁶² *Diário de Notícias*, 12 de Julho de 1936.

⁶³ «Resumo das principais actividades da Obra das Mães pela Educação Nacional», Lisboa, OMEN, Novembro de 1960. AHME.

⁶⁴ Decreto-Lei n.º 26 893, de 15 de Agosto de 1936.

⁶⁵ Entre outras obras sobre as organizações femininas falangistas, fascistas e nacional-socialistas, contam-se: Alcalde, Carmen, *Mujeres en el Franquismo. Exiladas, Nacionalistas y Opositoras*, Barcelona, Flor del Viento Ed., 1996; Barrachina, Marie-Aline, *La Réécriture de l'Histoire: Le Mythe des Grandes Figures de Castille. 1938-1945. in La Tentation Totalitaire. Entre Émancipation et Nationalisme. La Presse Féminine d'Europe 1914-1945*, dir. Rita Thalmann, Paris, Éd. Deuxièmes Tierce, 1990, pp. 183-204; Bock, Gisela, *A Política Sexual Nacional-Socialista e a História das Mulheres* in «*História das Mulheres*», », dir. Georges Duby e Michelle Perrot, *O Século XX*, volume 5, dir. de Françoise Thébaud, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 183-217; Detragiache, Denise, *De la «Mamma» à la Nouvelle Italienne: la Presse des Femmes Fascistes de 1930 a 1942*, in *La Tentation Totalitaire...*, cit., pp. 139-166; Fernández, Luis Suárez, *Cronica de la Sección Femenina y su Tiempo*, Madrid, Asociación Nueva Andadura, 1993 (2ª ed.); Genevoix, Danièle Bussy, *Mulheres de Espanha. Da República ao Franquismo*, in «*História das Mulheres. Século XX*», cit.; Grazia, Victoria de, *How Fascism Ruled Women. Italy, 1922-1945*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1992; Klaus, Martin, *Mädchen im Dritten Reich. Der Bund Deutscher Mädel (BDM)*, Köln, Pahl-Rugenstein, 1983; Koonz, Claudia, *Mothers in the Fatherland. Women, the Family and Nazi Politics*, London, Methuen, 1988

⁶⁶ A própria dirigente elogiou os centros criados em França pelo movimento católico feminino e pelos próprios industriais nas fábricas, afirmando que, depois da formação aí recebida, era frequente o abandono das fábricas por muitas operárias quando se casavam.

⁶⁷ Irene Pimentel, *As difíceis relações entre Portugal e a Itália, 1926-1943*, FCSH/UNL, Julho 1994, pp. 22-27, policopiado. Carta de Augusto de Castro, ministro plenipotenciário de Portugal na Santa Sé, de 13 de Julho de 1929.

⁶⁸ *Idem, ibidem*. Correspondência sobre os Pactos do Latrão entre, por um lado, Augusto de Castro, ministro na Santa Sé, e Trindade Coelho, no Quirinal, e, por outro lado, o MNE português.

⁶⁹ A entrega das alianças teria sido precedida, anos antes, por um acto idêntico em Portugal, se acreditarmos no relato de Fernanda de Castro, segundo a qual, as mulheres teriam enviado ouro «nem que fosse uma simples aliança» a Salazar, quando este, ainda ministro das Finanças, explicou as razões da recusa das condições do empréstimo da Sociedade das Nações (citada por M. Belo, A. Alão e I. Cabral, «O Estado Novo e as Mulheres», in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarquia*, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. ii, p. 271).

⁷⁰ A DFW tinha duas secções principais: a Reichsmutterdienst (RMD), que ministrava cursos de formação materno-infantil e familiar a cerca de cinco milhões de mulheres entre 1934 e 1944, e a Volkswirtschaft/Hauswirtschaft (VW/HW), onde eram dadas aulas de economia doméstica, onde também se incluía a propaganda da política populacional racial nazi.

⁷¹ Em 1935, havia, na HJ e na BDM, respectivamente, 82 926 rapazes e 69 417 raparigas.

⁷² Claudia Koonz concordou com Dagmar Reese, *Straff, aber nicht stramm – herb aber nicht derb*, 1989, ao considerar que a BDM e a HJ foram essencialmente organizações da juventude e não de raparigas e de rapazes.

⁷³ Lembre-se que já a *Ação Escolar Vanguarda* tinha privilegiado, em 1934, as relações com os fascistas italianos; cf. Irene Pimentel, «A presença do fascismo italiano em Portugal», *História*, nº4, Janeiro de 1995.

⁷⁴ *Diário da Manhã*, 20 de Junho de 1936.

⁷⁵ A delegação era constituída por Maria Baptista Guardiola, Fernanda d' Orey, Luísa Saldanha da Gama Vanzeller e Palmira Morais Pinto. Muitos, baseados provavelmente no «*Boletim da MPF*» que, em 13 de Maio de 1939, fez a história retrospectiva da MPF, e segundo o qual a viagem teria ocorrido em Setembro (não é mencionado o ano) na sequência da cerimónia solene de instituição da OMEN. Ora, esta realizou-se em 15 de Julho de 1936, pelo que pareceria que a ida a Itália se teria realizado nesse ano. No entanto, o «*Boletim*» acrescenta, que “no regresso desta missão”, o Ministro da E.N. apresentou o “regulamento da MPF”; ora este foi apresentado em Dezembro de 1937. Mas, segundo os vários jornais - DN, entre outros - foi nesta data que se realizou porque notícias de Outubro anunciam o reotorno da referida delegação.

⁷⁶ AHMNE, 3.º piso, A11, maços 353-358. Em 23 de Setembro de 1937, José d' Ávila Lima, ministro em Roma (Quirinal), informou sobre a «incorporação da chamada “Opera Balilla” nos quadros do “Partito Nazionale Fascista” sob o nome de “Gioventù Italiana del Littorio”» e sobre «boatos» cortados «cerce, à maneira fascista»

relativos a «uma suposta grave desinteligência entre o PNF e o Ministério della Educazione Nazionale». Em 10 de Agosto de 1939, informou, por seu turno, que teriam surgido problemas com a Azzione Catolica Italiana, cujo novo regulamento foi publicado no mesmo período em que o Estado criou o «Centro de Preparação Política para os Jovens», uma escola de quadros dirigida pelo PNF (A.H.D. do M.N.E. 3º piso, A11, Mçs.353-358 e 3º piso, A9, Mç. 98).

⁷⁷ *Idem*. 3º piso A1 maços 745-747.

⁷⁸ *Boletim da MPF*, 13 de Maio de 1939.

⁷⁹ Arquivo da MP/MPF no ANTT. Acta da reunião do comissariado nacional, de 23 de Abril de 1942.

⁸⁰ *Boletim da MPF*, Julho de 1942. Os colégios alemães de Lisboa e do Porto tinham núcleos da BDM e da HJ para os jovens alemães, e centros das MP para os portugueses.

⁸¹ União da Falange Española Tradicional (FET) com as Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (JONS) e a sua transformação em FET y de las JONS.

⁸² Citado por Carmen Alcalde, *Mujeres en el Franquismo*, 1966.

⁸³ Pilar Primo de Rivera foi a Itália em Outubro de 1939, sendo recebida por Mussolini, e iniciou nesse ano a primeira de várias viagens a Portugal, a convite da OMEN.

⁸⁴ A SF estava, por seu turno, subdividida em cinco secções – Regidura Central de Enfermeras y Lavadouros; Cultura y Formacion Hierarquica; Cultura Fisica; Sindicatos e Hermandad Ciudad y Campo. No II Conselho da SF, realizado em Janeiro de 1938, tinham, sido erigidos como objectivos a criação de grupos de enfermeiras sociais e de visitadoras familiares, a promoção das camponesas e a formação de centros onde as jovens frequentariam três actividades comuns – música, nacional-sindicalismo e religião – em quatro tipos de escolas com matérias específicas para cada uma: escolas de lar; escolas de orientação rural; escolas de educação física e escolas de alfabetização.

⁸⁵ Foram as seguintes as palavras de Pilar Pilar de Rivera em Medina del Campo: «Agora, meu general, estas são as secções femininas da Falange, em número de mais de 400.000 a prestar seus serviços voluntários no Auxílio social, em lavadouros da frente, no campo», citado por Carmen Alcalde, in *op. cit.*

⁸⁶ Sobre a rivalidade entre a Igreja e a SF, Carmen Alcalde conta que, no «“oásis da paz” surgiram às *monjas* um inimigo inesperado: a invasão das meninas de Pilar nos colégios e nos institutos; aquelas aceitaram com desgosto aquela intromissão. [...] Aos vencidos e vencedores, não agradavam as *mandonas* da Falange, todos queriam esquecer a guerra através do fervor religioso».

⁸⁷ *Boletim da MPF*, de Junho e de Outubro de 1940.